

# Os contratos de risco acabam

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

A futura Constituição não permitirá mais a assinatura de contratos de risco com empresas estrangeiras ou nacionais para a pesquisa e exploração de petróleo, nem a renovação dos atualmente existentes entre a Petrobrás e empresas estrangeiras. A decisão foi tomada ontem pela Constituinte, ao rejeitar a emenda do deputado Theodoro Mendes (PMDB-SP), que pretendia garantir os contratos de risco para empresas nacionais, mediante autorização prévia do Congresso Nacional. Já as microempresas e as empresas de pequeno porte, a serem definidas em lei, receberão tratamento jurídico diferenciado, a fim de garantir a simplificação — ou até eliminação — de obrigações tributárias, previdenciárias e administrativas.

Foram em vão os apelos de Theodoro Mendes para que sua emenda fosse aprovada, o que garantiria a única possibilidade de contratos de risco: o deputado teve a proposta rejeitada por 232 votos, tendo sido registrados apenas 72 favoráveis e 14 abstenções. A votação foi antecedida por uma questão de ordem levantada pelo deputado Inocêncio de Oliveira (PFL-PE), relativa à votação de antontem à noite.

Inocêncio de Oliveira pediu à Mesa da Constituinte uma definição a respeito da retirada, na véspera, da emenda do deputado Aécio Neves (PMDB-MG), afirmando que uma emenda destacada não pode ser retirada pelo autor, mas pelo parlamentar que pediu o destaque — no caso, o deputado Chagas Duarte (PFL-RR). O deputado José Genofino (PT-SP) informou que a emenda é o mérito e este é que é votado, não o destaque. O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, esclareceu que "su-

primida a causa, desaparece o efeito". Para ele, a causa foi a emenda que, uma vez retirada pelo autor, prejudicou o destaque.

## ACORDO

Com o fim dos contratos de risco, os líderes partidários chegaram a um acordo para que nas disposições transitórias da futura Carta seja garantida a manutenção dos atuais oito contratos de risco firmados entre empresas estrangeiras e a Petrobrás. No entanto esses contratos, quando expirarem, não poderão mais ser renovados.

## MICROEMPRESAS

Ao estabelecer que União, estados, Distrito Federal e municípios darão tratamento jurídico diferenciado às micro e pequenas empresas, para incentivá-las, a Constituinte atendeu às pressões dos produtores reunidos na semana passada em Brasília. A emenda recebeu 326 votos a favor e apenas um contrário, registrando-se três abstenções.

Na votação seguinte, a Constituinte rejeitou, por 271 votos, 53 favoráveis e nove abstenções, a emenda do deputado Rubem Medina (PFL-RJ) e do senador Affonso Camargo (PTB-PR), que pretendia tornar nacional o limite de faturamento anual que caracteriza as microempresas e empresas de pequeno porte. Essa definição ficará para os Estados.

Outra emenda aprovada ontem estabelece que deverão ser brasileiros os armadores e proprietários de empresas de navegação, bem como os comandantes e dois terços, pelo menos, dos tripulantes de embarcações nacionais. Ficou decidido ainda que a navegação de cabotagem e a de interior são privativas de embarcações nacionais, segundo vier a dispor a lei, exceto nos casos de necessidade pública.



Em mais uma decisão nacionalista, plenário proíbe renovação dos contratos já assinados pela Petrobrás

## Mineração perde capital

AGÊNCIA ESTADO

O presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), João Sérgio Marinho Nunes, disse ontem, no Rio, que a decisão da Constituinte sobre o setor mineral "fará com que dentro de dez anos o Brasil não tenha mais capital para pesquisar suas imensas reservas de minério". Para ele, o projeto aprovado equivale a um retrocesso aos tempos da ditadura do Estado Novo, "quando simplesmente ninguém pesquisava minério no País".

"Foi uma opção pela pobreza", comentou o empresário Sérgio Quintela, do Conselho Monetário Nacional, prevendo que a nacionalização da exploração dos recursos minerais e de energia hidráulica causará grandes prejuízos às novas gerações, pois reduzirá o ritmo de desenvolvimento. Em sua opinião, o dispositivo constitucional colocou o Brasil "na contramão da História". Também crítico, o vice-presidente do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais, Paulo Guedes, acha que o País perderá o que mais precisa no setor de mineração: tecnologia e capital.

Para Humberto Motta, diretor da Brascan Administração e Investimentos, o resultado da votação da Constituinte foi consequência da falta de informação e do emocionalismo dos parlamentares. Ele revelou que sua empresa ainda mantém a expectativa de que a decisão seja reformulada no segundo turno de votação dos constituintes.

Em São Paulo, o deputado Guilherme Afif Domingos (PL-SP) afirmou que a medida "atende a interesses de poucos grupos, amigos do rei, que acabarão recebendo as concessões". Será criado, segundo ele, "um aluguel de nacionalidade autenticamente cartorial". Com o deputado concorda o presidente da Mineradora Samitri e do conselho de administração da Mineradora Samarco, Cyro Cunha Melo. Decepcionado, ele disse em Belo Horizonte que a decisão constitucional "protege certo cartorialismo de forma dissimulada".

Cunha Melo deixou claro que não está preocupado com a Samitri, de capital nacional, mas sim com a participação de investimentos estrangeiros em associação com o nacional. Como exemplo, citou o complexo de exploração de minério que vai de Mariana, em Minas, até o litoral do Espírito Santo. "Este projeto não seria possível se não contássemos com a associação da Utah, dos Estados Unidos, e da BHP, da Austrália".

O produto exportado pelo projeto, de acordo com o empresário, não serve para o Brasil, pois se trata de minério fino, não utilizável em alto-forno. No entanto, rende ao País US\$ 160 milhões por ano, além de gerar dois mil empregos diretos e ter desenvolvido Mariana, que desde o ciclo do ouro estava sem opção de produção.

Em Porto Alegre, César Rogério Valente, presidente da Federação

das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul, também condenou o texto aprovado pela Constituinte. "Foi um absurdo, um contra-senso que caracteriza a imaturidade e o fisiologismo desses brasileiros que, pensando em seus interesses imediatos, cavam a própria sepultura", disse. "O que falta aos constituintes é espírito de estadista", acrescentou Daniel Ioschpe, vice-presidente do conselho de administração da Companhia Ioschpe de Participações.

Para César Rogério Valente, o Brasil está "jogando pela janela a oportunidade de se reintegrar à comunidade econômica internacional justamente no momento em que melhorava sua posição para renegociar a dívida externa". Isso por causa "da xenofobia de meia dúzia de esquerdistas e de maus empresários". A divisão do empresariado sobre a nacionalização da exploração dos recursos minerais também foi notada por Humberto Mota.

Ele chamou a atenção para o fato de vários líderes empresariais, como Antônio Ermírio de Moraes (Votorantim), Octávio Lacombe (Parapanema) e Olavo Monteiro de Carvalho (Grupo Monteiro Aranha) terem condenado a decisão, classificando-a de prejudicial ao País. "Se os próprios empresários nacionais que, em princípio, seriam beneficiados pela nacionalização, são contrários a essa medida, não é preciso buscar mais argumentos nas empresas estrangeiras", disse Humberto Mota.

## O texto aprovado

Esta é a íntegra do texto aprovado ontem pela Constituinte:

Título VII — Da Ordem Econômica e Financeira, Capítulo I — Dos Princípios Gerais, Da Intervenção do Estado, Do Regime de Propriedade do Subsolo e Da Atividade Econômica

Artigo 202 (...)

Parágrafo 2º — O monopólio previsto neste artigo inclui os riscos e resultados decorrentes das atividades ali mencionadas, vedado à União ceder ou conceder qualquer tipo de participação, em espécie ou em valor, na exploração de jazidas de petróleo ou gás natural.

Artigo 203 — A lei disporá sobre a ordenação dos transportes aéreo, terrestre e marítimo.

Parágrafo 1º — A ordenação do transporte marítimo internacional cumprirá acordos firmados pela União, atendido o princípio da reciprocidade.

Parágrafo 2º — A lei disporá sobre a predominância dos armadores nacionais e navios de bandeira e registros brasileiros e do país exportador ou importador,

bem como sobre o transporte de graneis.

Artigo 204 — Serão brasileiros os armadores e proprietários, bem como os comandantes e dois terços, pelo menos, dos tripulantes de embarcações nacionais.

Parágrafo 1º — A lei regulará a utilização das embarcações de pesca e outras.

Parágrafo 2º — A navegação de cabotagem e a interior são privativas de embarcações nacionais, segundo dispuser a lei, salvo caso de necessidade pública.

Artigo 205 — A União, os estados, o Distrito Federal e os municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico.

Artigo 206 — As microempresas e as empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, receberão da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios tratamento jurídico diferenciado visando incentivá-las, através da simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias ou da eliminação ou redução destas por meio de lei.

## Segunda-feira será a vez da política urbana

A Constituinte suspendeu ontem pela manhã suas atividades e só volta a se reunir segunda-feira, para iniciar a votação da política urbana, prevista no Capítulo II da Ordem Econômica e Financeira. Na terça-feira, os constituintes deverão começar a votar a política agrícola e fundiária e a reforma agrária, um dos capítulos mais polêmicos do projeto de Constituição.

A sessão foi suspensa ontem por volta do meio-dia, por falta de quórum regimental — 280 constituintes — para o prosseguimento das votações. O deputado Ulysses Guimarães não conseguiu manter os constituintes em plenário, apesar dos reiterados apelos feitos nos intervalos. Ele pediu a presença de todos na sessão de segunda-feira, marcada para as 14h30, quando será repetida a votação da emenda de autoria do deputado Fernando Lyra (PMDB-PE), que proíbe as empresas multinacionais de realizar atividades de aerolevantamentos no País. A emenda aditiva ao capítulo que trata dos princípios gerais da intervenção do Estado só não foi aprovada ontem por falta de quórum. Dos 272 presentes, 227 votaram "sim", 33 "não" e 12 pela abstenção.

A emenda Fernando Lyra foi defendida pelo relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral. Segundo ele, a emenda não objetiva defender o País de levantamentos de aerofotogrametria, que podem ser feitos por satélites, mas regular as atividades das empresas que operam no setor.

## Para Delfim, lobistas fazem a Constituição

"Não se pode fazer uma Constituição simplesmente com o coração. A Constituição tem de ser feita com a razão, voltada para o interesse da Nação e não para os interesses de grupelhos e de grupelhos", desabafou ontem, em São Paulo, o constituinte Delfim Netto (PDS-SP). O deputado denunciou a engrenagem que foi montada em Brasília em apoio ao lobby dos interessados para afastar do País os investimentos estrangeiros. "Foi um conluio", disse o deputado ao criticar os membros do Conselho de Segurança Nacional que "pensam que detêm o monopólio do patriotismo".

"O que está acontecendo na Constituinte é uma coisa terrível", afirmou Delfim, que comparou o constituinte que bate no peito e diz "eu sou patriota" com o hábito de um cachorro que procura um poste para "fazer o seu xixi". Segundo Delfim, tanto esse tipo de parlamentarismo como o cachorrinho buscam seu espaço: "Cada grupo foi lá e fez o seu xixi num poste e saiu gritando: 'Este poste é meu'".

Delfim Netto lembrou que muitas empresas de capital estrangeiro no Brasil estão produzindo até para exportação. "Pela nova Constituição, que deverá ser sancionada, essas empresas não poderão mais vender seus produtos, por exemplo, para o governo. Por isso, elas terão de forçosamente encontrar um brasileiro para atuar como 'cabeça-de-ponte' para poder vender ao governo".

## Benefícios para micros não virão imediatamente

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

A proteção à microempresa.

através de tratamento diferenciado quanto às obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias — antes assegurada apenas por lei —, transformou-se, a partir de ontem, em preceito constitucional, inscrito no texto votado pela Assembleia Nacional Constituinte, mediante acordo pluripartidário.

A aprovação do artigo 212 do projeto da Sistematização (artigo 211 do substitutivo do Centrão) não trará, contudo, em termos imediatos, nenhuma alteração no sistema de tratamento diferenciado hoje dispensado às pequenas e médias empresas através da Lei n.º 4.852, de 25 de novembro de 1985.

Fundamentado no tratamento que a nova Constituição dará à microempresa, o Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (Cebrae), vinculado ao Ministério da Indústria e do Comércio, já estuda a ampliação dos benefícios concedidos pela legislação em vigor, que

será proposta ao Congresso, tão logo seja promulgada a nova Carta.

### TRANSPORTE MARÍTIMO

Os constituintes votaram o artigo 208 do projeto da Comissão de Sistematização, dispondo sobre a ordenação do transporte marítimo internacional e estabelecendo que a legislação ordinária disporá sobre a predominância dos armadores nacionais e navios de bandeira e registros brasileiros e do país exportador ou importador, bem como sobre o transporte de graneis.

A matéria já é regulada pela Constituição vigente que no artigo 173 dispõe: "A navegação de cabotagem para o transporte de mercadorias é privativa dos navios nacionais, salvo caso de necessidade pública".

O novo texto, porém, torna mais explícita a preferência pelos armadores nacionais, assegura a reciprocidade no transporte internacional e mantém a exigência de dois terços de brasileiros natos entre os tripulantes de embarcações nacionais, tal como dispõe a atual Constituição.

## UDR concentra 5 mil em Brasília

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Cerca de cinco mil integrantes da União Democrática Ruralista (UDR) estarão em Brasília a partir de segunda-feira para pressionar os constituintes a aprovar a emenda do Centrão para o capítulo da reforma agrária, apesar das possibilidades de acordo com a esquerda. Durante o fim de semana, deverão ser concluídas as negociações entre os grupos sobre todo o capítulo, já que é possível, graças aos acertos feitos quanto à reforma urbana, que ele seja votado ainda na segunda-feira.

Ontem, mais uma rodada de negociações foi realizada entre os deputados Rosa Prata (PMDB-MG) e Alysson Paulinelli (PFL-MG), pelo

Centrão, e Vicente Botafogo (PT-RS) e Euclides Scalco (PMDB-PR) pela esquerda. Os quatro pontos mais discutidos foram o artigo que condiciona a garantia de propriedade ao cumprimento da função social; a obrigatoriedade de quatro requisitos para que seja caracterizado o cumprimento da função social da propriedade — ser adequadamente aproveitada, preservar o meio ambiente, observar as disposições que regulam as relações de trabalho e favorecimento do bem-estar do proprietário e dos trabalhadores —; a definição da política agrícola e as terras suscetíveis à reforma agrária.

Há consenso entre os grupos quanto a pontos polêmicos, tais como a alienação ou concessão, a

qualquer título, de terras públicas com área superior a cinco mil hectares a uma só pessoa física ou jurídica; Centrão e esquerda concordam que deverá haver prévia aprovação do Senado.

Os debates deverão se acirrar, porém, quando da votação de emendas como a do deputado Fernando Santana (PCB-BA), que prevê que a lei fixará limites à extensão da propriedade privada de terra rural, promoverá e importará o racional aproveitamento da terra. Também deve provocar polémica o destaque do deputado Tadeu Franca (PMDB-PR) que estabelece que "não se admitirá propriedade rural de empresas de capital estrangeiro ou a elas associadas", entre outros.

## Emenda aprovada divide os militares

Enquanto o ministro da Aeronáutica, brigadeiro Octávio Moreira Lima, e o ex-presidente do Conselho Nacional do Petróleo (CNP), general Arakem de Oliveira, aplaudiram ontem, em Brasília, a decisão da Constituinte de acabar com os contratos de risco, outros militares presentes à solenidade de comemoração dos 50 anos do CNP não escondiam a contrariedade com a medida. Foi o caso, por exemplo, do coronel Osires Silva e do general França Domingues, presidentes, respectivamente, da Petrobrás e do CNP. O coronel Osires lembrou que a manutenção dos atuais contratos de risco são uma necessidade, "senão as despesas seriam grandes para o País". O general França Domingues revelou, por sua vez, a intenção de submeter ao Congresso Nacional novos contratos de risco, hipótese que disse ser possível com o texto aprovado ontem.

O ministro Moreira Lima considerou a decisão da Constituinte "acertada e nacionalista" e o general Arakem de Oliveira disse que a medida contribuirá para que a Petrobrás demonstre a eficiência de seus técnicos.